



Demonstrações Contábeis

NOTAS EXPLICATIVAS

DEZEMBRO/2023

PODER JUDICIÁRIO

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ

SEÇÃO DE CONFORMIDADE E ORIENTAÇÃO CONTÁBIL

Declaração do Contador

DECLARO que as informações das Demonstrações Contábeis constantes do SIAFI, Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e a Demonstração do Fluxo de Caixa, regidos pela Lei 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Técnica do Setor Público (NBC TSP 11, DOU de 31/10/2018) e pelo Manual SIAFI, **encerradas em 31 dezembro de 2023**, refletem adequada e integralmente a situação orçamentária, financeira e patrimonial do Superior Tribunal de Justiça – UG 050001.

Brasília, 09 de setembro de 2024.

Vanôres Ferreira da Silva Júnior
CONTADOR SUBSTITUTO
CRC – 024033/O-0

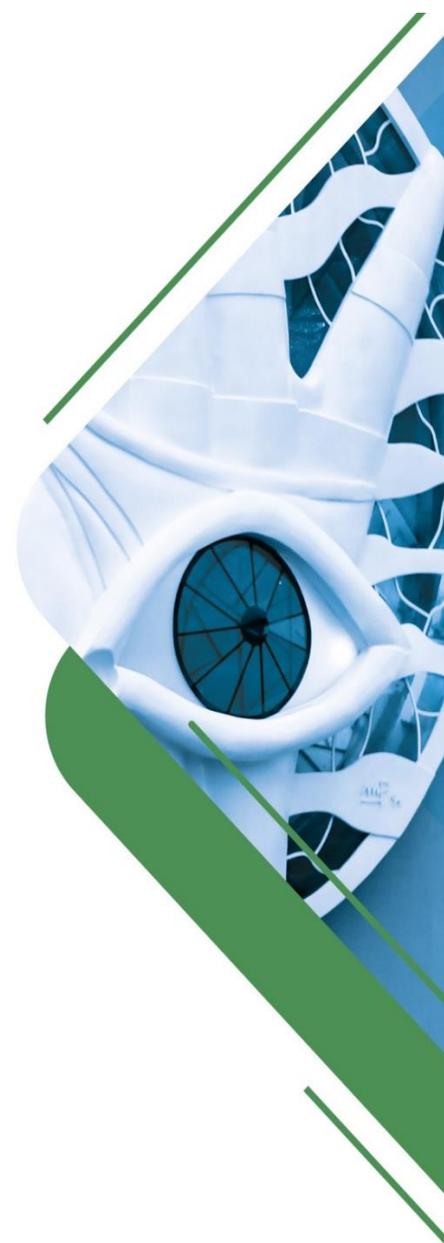
Apoio Técnico

Beatriz Gomes Maracajá de Moraes
Gabriel de Araujo Sobrinho

Sumário

DECLARAÇÃO DO CONTADOR.....	2
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	5
LISTA DE TABELAS	7
APRESENTAÇÃO	7
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	9
BALANÇO PATRIMONIAL (BP).....	9
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP).....	11
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO).....	12
BALANÇO FINANCEIRO (BF)	14
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)	16
BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES E DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS	17
RESUMO DOS PRINCIPAIS CRITÉRIOS E POLÍTICAS CONTÁBEIS	18
NOTAS EXPLICATIVAS.....	23
NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	23
NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO	23
NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES.....	25
NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO.....	25
NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES).....	26
NOTA EXPLICATIVA 6 – PASSIVO CIRCULANTE	27
NOTA EXPLICATIVA 7 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO E DEMAIS RESERVAS	28
NOTA EXPLICATIVA 8 – SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	28
NOTA EXPLICATIVA 9 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS	29
NOTA EXPLICATIVA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	29
NOTA EXPLICATIVA 11 – RESULTADO PATRIMONIAL	30
NOTA EXPLICATIVA 12 – RESULTADO ORÇAMENÁRIO.....	32
NOTA EXPLICATIVA 13 – RESULTADO FINANCEIRO.....	34
ANEXOS.....	36
ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES	36
ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA.....	37
ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB	38
ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS, EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO E TERMOS DE CESSÃO DE USO	39

ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS.....	40
ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADAS	41
ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS.....	42
ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2023	43



Lista de Abreviaturas e Siglas

AH	Análise Horizontal
AV	Análise Vertical
BA	Bem Avaliado
BACEN	Banco Central
BF	Balanço Financeiro
BO	Balanço Orçamentário
BP	Balanço Patrimonial
CB	Custo do Bem
CDE	Cotas de Depreciação Equivalente
CEF	Caixa Econômica Federal
CFC	Conselho Federal de Contabilidade
CJF	Conselho da Justiça Federal
CMA	Custo Mensal de Amortização
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CRC	Conselho Regional de Contabilidade
CS	Custo do Software
CUTN	Conta Única do Tesouro Nacional
DEA	Despesas de Exercícios Anteriores
DFC	Demonstração dos Fluxos de Caixa
DODF	Diário Oficial do Distrito Federal
DOU	Diário Oficial da União
EC	Estado de Conservação
ENFAM	Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados
GDF	Governo do Distrito Federal
IN	Instrução Normativa
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ITG	Interpretação Técnica de Normas Brasileiras de Contabilidade convergentes com as normas internacionais do <i>International Accounting Standards Board</i>
LOA	Lei Orçamentária Anual
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MTO	Manual Técnico do Orçamento
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Técnica do Setor Público
NE	Nota Explicativa
PL	Patrimônio Líquido
PSSS	Plano de Seguridade Social do Servidor
PVU	Período de Vida Útil
RMA	Relatório de Movimentação de Almoxarifado
RMB	Relatório de Movimentação de Bens Móveis
RPNP	Restos a Pagar Não Processados
RPV	Requisição de Pequeno Valor
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União

SPU	Secretaria do Patrimônio da União
STJ	Superior Tribunal de Justiça
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
TED	Termos de Execução Descentralizada
UG	Unidade Gestora
UO	Unidade Orçamentária
VCLM	Valor Líquido Contábil de Mercado
VD	Valor de Depreciação
VM	Valor de Mercado
VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
VR	Valor Residual

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Regime de Caixa X Regime de Competência	22
Tabela 2 – Créditos a Receber.....	23
Tabela 3 – Ajuste para Perdas de Créditos Administrativos.....	24
Tabela 4 – Imobilizados (Móveis X Imóveis)	25
Tabela 5 – Intangíveis (Vida útil definida X Indefinida)	26
Tabela 6 – Conta Precatórios de Terceiros.....	28
Tabela 7 – Saldos Transitórios de Precatórios.....	28
Tabela 8 – Saldos Garantias.....	29
Tabela 9 – Obrigações Contratuais.....	30
Tabela 10 – Resultado Patrimonial.....	31
Tabela 11 – Variações Patrimoniais (comparativo).....	31
Tabela 12 – Execução de Despesas por elemento.....	33
Tabela 13 – Resultado Financeiro.....	36

Apresentação

As Demonstrações Contábeis do Órgão 11.000 – Superior Tribunal de Justiça – STJ (abrangendo a UG 050001 Secretaria do Superior Tribunal de Justiça e a UG 050002 – Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de

Magistrados) – são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e o Manual SIAFI, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Considerando que o Órgão 11000 possui um Ordenador de Despesas para a UG 050001 e outro para a UG 050002, foram publicadas no portal da transparência desta Corte, de janeiro a dezembro, notas explicativas separadas.

Nossas Demonstrações têm a finalidade de apresentar à sociedade a situação e os resultados orçamentário, financeiro e patrimonial desta Corte. Elas são compostas pelo Balanço Patrimonial (BP), pela Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), pelo Balanço Orçamentário (BO), pelo Balanço Financeiro (BF) e pela Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e são acompanhadas pelas notas explicativas (NE).

O BP tem por objetivo evidenciar, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) por meio de contas representativas do patrimônio público por ela gerido, bem como os atos potenciais.

A DVP visa evidenciar as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicar o resultado patrimonial do exercício.

O BO, por sua vez, objetiva demonstrar a execução orçamentária de receitas e de despesas ao longo do exercício, confrontando as receitas e as despesas previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA) com aquelas efetivamente realizadas.

O BF tem por objetivo evidenciar os ingressos e dispêndios orçamentários e extraorçamentários realizados no exercício, conjugados com os saldos advindos do exercício anterior e aqueles que são transferidos para o exercício seguinte.

A DFC visa evidenciar as origens e as aplicações das disponibilidades financeiras obtidas pela entidade, classificando-as em três grupos de atividades: operacionais, de investimento e de financiamento. Além de mostrar as origens e aplicações das disponibilidades financeiras, tal demonstração evidencia o fluxo líquido de caixa de cada atividade.

A atividade de conformidade contábil tem como objetivo assegurar a integridade, a fidedignidade e a confiabilidade das informações constantes no Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI), que é o sistema do governo federal em que são executados os atos e os fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial. O resultado das análises das demonstrações financeiras e dos demais relatórios do SIAFI podem ser acessados no Portal de Transparência do STJ no endereço: <https://transparencia.stj.jus.br/demonstracoes-contabeis/>.

A gestão de custos, nos termos da NBC TSP 11 e NBC T 16.11, é informada pela Assessoria de Conformidade e Integridade Digital, no Relatório de Gestão 2023, disponível no Portal da Transparência do STJ.

Demonstrações Contábeis

BALANÇO PATRIMONIAL (BP)

ATIVO

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
ATIVO CIRCULANTE		545.677.118,08	495.904.415,38	10,037%
Caixa e Equivalente de Caixa	<u>01</u>	466.696.622,58	477.541.062,82	-2,27%
Créditos de Curto Prazo	<u>02</u>	74.637.234,39	14.612.778,24	410,767%
Estoques	<u>03</u>	4.250.673,61	3.717.850,64	14,331%
VPDs Pagas Antecipadamente		92.587,50	32.723,68	182,937%
ATIVO NÃO CIRCULANTE		521.182.481,60	514.902.733,71	1,22%
Ativo Realizável a Longo Prazo		8.540.391,61	7.685.257,74	11,127%
Créditos a Longo Prazo		8.540.391,61	7.685.257,74	11,127%
Demais Créditos e Valores a LP	<u>02</u>	9.046.295,79	8.334.966,37	8,534%
(-) Aj. Perdas em Créditos a LP	<u>02</u>	-505.904,18	-649.708,63	-22,134%
Imobilizado		468.905.695,80	474.114.263,90	-1,099%
Bens Móveis	<u>04</u>	66.243.902,55	55.823.099,25	18,668%
Bens Móveis		113.525.927,11	93.547.486,41	21,356%
(-) Depreciação		-47.282.024,56	-37.724.387,16	25,335%
Bens Imóveis	<u>04</u>	402.661.793,25	418.291.164,65	-3,736%
Bens Imóveis	<u>11</u>	402.718.320,07	418.376.624,23	-3,743%
(-) Depreciação	<u>04</u>	-56.526,82	-85.459,58	-33,855%
Intangível		43.736.394,19	33.103.212,07	32,121%
Softwares		43.736.394,19	33.103.212,07	32,121%
Softwares	<u>05</u>	45.148.334,30	33.940.596,34	33,022%
(-) Amortização	<u>05</u>	-1.411.940,11	-837.384,27	68,613%
TOTAL DO ATIVO		1.066.859.599,68	1.010.807.149,09	5,545%

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
PASSIVO CIRCULANTE		172.410.845,12	164.938.455,26	4,53%
Obrigações Trabalhistas, Previd. e Assist. a Pagar CP	<u>06</u>	35.898.480,21	39.544.031,69	-0,9219%
Fornecedores e Contas a Pagar – CP		3.782,17	2.506.466,49	-99,849%
Provisões a Curto Prazo	<u>06</u>	31.052.932,19	33.283.391,85	-6,70%
Demais Obrigações a CP	<u>06</u>	105.455.650,55	89.604.565,23	17,69%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		33.542,35	33.542,35	0,00%
Provisões a Longo Prazo	<u>07</u>	33.542,35	33.542,35	0,000%
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		894.415.212,21	845.835.151,48	5,743%
Demais Reservas	<u>07</u>	123.473.978,92	17.540,58	703.833,27%
Resultado Acumulados		770.941.233,29	845.817.610,90	-8,853%
Resultado do Exercício		45.109.079,78	202.900.173,31	-77,768%
Result. de Exercícios Anteriores		739.773.654,13	643.108.158,57	15,031%
Ajustes de Exercícios Anteriores	<u>08</u>	-13.941.500,62	-190.720,98	7.209,89%
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.066.859.599,68	1.010.807.149,09	5,545%

ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ESPECIFICAÇÃO	NE	DEZ/23 (R\$)	DEZ/22 (R\$)
ATIVO (I)		1.066.859.599,68	1.010.807.149,09
Ativo Financeiro		466.696.622,58	477.541.062,82
Ativo Permanente		600.162.977,10	533.266.086,27
PASSIVO (II)		303.454.135,55	212.233.760,01
Passivo Financeiro		243.112.198,46	146.970.654,83
Passivo Permanente		60.341.937,09	65.263.105,18
SALDO PATRIMONIAL (III = I – II)		763.405.464,13	798.573.389,08

SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO

ESPECIFICAÇÃO	NE	DEZ/23 (R\$)
		SUPERÁVIT
RECURSOS ORDINÁRIOS		210.108.438,35
RECURSOS VINCULADOS		13.475.985,77
Seguridade Social (Exceto Previdência)		2.235.644,42
Previdência Social (RPPS)		-
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas		11.240.341,35
TOTAL DAS FONTES DE RECURSOS	08	223.584.424,12

COMPENSAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	NE	DEZ/23 (R\$)	DEZ/22 (R\$)
ATOS POTENCIAIS ATIVOS	09	26.409.873,60	24.553.992,28
Garantias e Contragarantias Recebidas		26.409.873,60	24.553.992,28
ATOS POTENCIAIS PASSIVOS	10	494.087.598,49	322.538.394,30
Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos Congêneres		2.684.068,94	2.970.830,61
Obrigações Contratuais		491.403.529,55	319.567.563,69

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (DVP)

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS (I)	<u>11</u>	3.033.509.572,74	2.553.523.778,82	18,797%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria		54.158.093,43	49.967.427,32	8,387%
Taxas		54.158.093,43	49.967.427,32	8,387%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos		1.063.066,93	761.840,11	39,539%
Variações Patr. Aumentativas Financeiras		2.603,89	440,86	490,638%
Transferências e Delegações Recebidas		2.884.340.037,35	2.347.390.853,42	22,874%
Transferências Intragovernamentais		2.859.118.418,32	2.347.390.853,42	21,80%
Outras Transferência e Delegações Recebidas		25.221.619,03	1.650,00	1528482,97%
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos		66.141.584,36	109.784.837,13	-39,753%
Reavaliação de Ativos			97.034.168,68	-100,00%
Ganhos com Incorporação de Ativos		62.147.222,57	2.218.094,10	2701,83%
Ganhos com Desincorporação. de Passivos		3.994.361,79	10.532.574,35	-62,076%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas		27.804.186,78	45.618.379,98	-39,05%
Reversão de Prov. e Ajustes para Perdas	<u>06</u>	23.593.082,06	35.398.349,92	-33,35%
Diversas Var. Patrimoniais Aumentativas		4.211.104,72	10.220.030,06	-58,796%

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS (II)	<u>11</u>	2.988.400.492,96	2.350.623.605,51	27,132%
Pessoal e Encargos		940.163.367,61	904.391.176,33	3,96%
Remuneração a Pessoal		737.411.306,97	702.768.439,54	4,93%
Encargos Patronais		140.527.573,75	152.947.850,86	-8,12%
Benefícios a Pessoal		49.336.341,32	37.928.457,67	30,08%
Outras Variações Patrimoniais Dim. – Pessoal e Encargos		12.888.145,57	10.746.428,26	19,93%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais		437.708.525,22	410.616.715,05	6,60%
Aposentadorias e Reformas		366.087.661,30	343.154.815,34	6,68%
Pensões		70.356.413,17	66.186.595,57	6,30%
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais		1.264.450,75	1.275.304,14	-0,85%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo		335.073.014,73	326.861.221,66	2,512%
Uso de Material de Consumo		7.339.127,58	6.564.329,02	11,80%
Serviços		316.618.707,80	305.387.763,03	3,678%
Depreciação, Amortização e Exaustão		11.115.179,35	14.909.129,61	-25,45%
Variações Patrimoniais Dim. Financeiras		18.062,72	429,51	4105,42%
Transferências e Delegações Concedidas		308.494.998,99	119.602.813,96	157,933%
Transferências Intragovernamentais		308.274.210,20	119.082.379,21	158,875%
Transferências aos Exterior			3.956.683,37	-100,00%
Outras Transferências e Delegações Concedidas		220.788,79	520.434,75	-57,58%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos		934.031.544,38	549.959.796,15	69,84%
Reav. Red. a Valor Rec. e Aj.es para Perdas	<u>11</u>	53.471.238,23	5.252,78	1017860,74%
Perdas Involuntárias		791.406,86	-	100,00%
Incorporação de Passivos		876.665.528,76	531.073.850,03	65,07%
Desincorporação de Ativos		3.103.370,53	18.880.693,34	-83,56%
Tributárias		162.759,55	112.095,32	45,197%
Impostos, Taxas e Contr. De Melhoria		47.523,41	32.972,39	44,131%
Contribuições		115.236,14	79.122,93	45,642%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas		32.748.219,76	39.079.357,53	-16,20%
Constituição de Provisões		25.946.394,87	32.373.831,06	-19,854%
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas		6.801.824,89	6.705.526,47	1,436%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	<u>11</u>	45.109.079,78	202.900.173,31	-77,768%

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO (BO)

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Previsão Inicial (A) (R\$)	Previsão Atualizada (B) (R\$)	Receitas Realizadas (C) (R\$)	Saldo (D = C - B) (R\$)	% Realizado (C/B) (R\$)
RECEITAS CORRENTES	<u>12</u>	495.451,00	495.451,00	38.588.974,08	38.093.523,08	7788,66%
Receitas Tributárias		-	-	37.910.210,01	37.910.210,01	-
Receita Patrimonial		-	-	361.096,01	361.096,01	-
Receitas de Serviços		13.361,00	13.361,00	17.419,81	4.058,81	130,38%
Outras Receitas Correntes		482.090,00	482.090,00	300.248,25	-181.841,75	62,28
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO		495.451,00	495.451,00	38.588.974,08	38.093.523,08	7788,66%
DÉFICIT	<u>12</u>			2.692.715.959,82	2.692.715.959,82	-
TOTAL		495.451,00	495.451,00	2.731.304.933,90	2.730.809.482,90	551276,50%

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Dotação Inicial (E) (R\$)	Dotação Atualizada (F) (R\$)	Despesas Empenhadas (G) (R\$)	Despesa Liquidadas (H) (R\$)	Despesas Pagas (I) (R\$)	Saldo da Dotação (J = F - G) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		1.892.652.370,00	1.922.652.370,00	2.627.400.870,05	2.581.684.993,16	2.558.725.359,01	-704.748.500,05
Pessoal e Encargos Sociais		1.408.184.455,00	1.408.184.455,00	2.104.938.943,49	2.104.938.943,49	2.079.508.137,30	-696.754.488,49
Outras Despesas Correntes		484.467.915,00	514.467.915,00	522.461.926,56	476.746.049,67	479.217.221,71	-7.994.011,56
DESPESAS DE CAPITAL		137.069.019,00	107.069.019,00	95.552.579,00	15.718.064,65	15.640.734,11	11.516.440,00
Investimentos		137.069.019,00	107.069.019,00	95.552.579,00	15.718.064,65	15.640.734,11	11.516.440,00
TOTAL	<u>12</u>	2.029.721.389,00	2.029.721.389,00	2.722.953.449,05	2.597.403.057,81	2.567.083.465,36	-693.232.060,05

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A) (R\$)	Inscritos 31/12/22 (B) (R\$)	Liquidados (C) (R\$)	Pagos (D) (R\$)	Cancelados (E) (R\$)	Saldo (F=A+B-D-E) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		911.960,19	32.507.530,68	22.853.453,17	22.853.453,17	5.459.728,86	5.106.308,84
Outras Despesas Correntes		911.960,19	32.507.530,68	22.853.453,17	22.853.453,17	5.459.728,86	5.106.308,84
DESPESAS DE CAPITAL		220.335,77	13.622.063,53	12.820.647,41	12.820.647,41	664.923,86	356.828,03
Investimentos		220.335,77	13.622.063,53	12.820.647,41	12.820.647,41	664.923,86	356.828,03
TOTAL	<u>12</u>	1.132.295,96	46.129.594,21	35.674.100,58	35.674.100,58	6.124.652,72	5.463.136,87

DA EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	Inscritos Exercícios Anteriores (A) (R\$)	Inscritos 31/12/22 (B) (R\$)	Pagos (C) (R\$)	Cancelados (D) (R\$)	Saldo (E = A+B-C-D) (R\$)
DESPESAS CORRENTES		84.176.446,92	15.330.979,72	16.594.685,73	1.303.250,81	81.609.490,10
Pessoal e Encargos Sociais		949.504,17	8.526.645,71	8.180.786,40	1.295.363,48	-
Outras Despesas Correntes		83.226.942,75	6.804.334,01	8.413.899,33	7.887,33	81.609.490,10
DESPESAS DE CAPITAL		80.774,79	120.563,23	120.563,23	-	80.774,79
Investimentos		80.774,79	120.563,23	120.563,23	-	80.774,79
TOTAL	<u>12</u>	84.257.221,71	15.451.542,95	16.715.248,96	1.303.250,81	81.690.264,89

BALANÇO FINANCEIRO (BF)

DOS INGRESSOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS		38.588.974,08	35.458.941,36
Vinculadas		38.709.482,64	35.552.755,89
Seguridade Social (Exceto Previdência)		-	8.001,00
Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		38.709.482,64	-
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas		-	35.544.754,89
(-) Deduções da Receita Orçamentária		-120.508,56	-93.814,53
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS		2.859.118.418,32	2.347.389.203,42
Resultantes da Execução Orçamentária		2.858.789.499,37	2.347.057.237,92
Cota Recebida		2.852.530.183,67	2.341.357.102,87
Repasso Recebido		5.300.417,56	5.118.337,46
Sub-repasso Recebido		18.026,00	-
Sub-repasso Devolvido		940.872,14	581.797,59
Independentes da Execução Orçamentária		328.918,95	331.965,50
Transferências Recebida para Pagamento de RP		66,70	
Demais Transferências Recebidas		157.351,72	138.492,99
Movimentação de Saldos Patrimoniais		171.500,53	193.472,51
RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS	<u>13</u>	176.452.339,64	80.106.285,73
Inscrição dos Restos a Pagar Processados		30.319.592,45	15.451.542,95
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados		125.550.391,24	46.129.594,21
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		1.475.976,50	1.403.952,57
Outros Recebimentos Extraorçamentários		19.106.379,45	17.121.196,00
Arrecadação de Outra Unidade		19.106.379,45	17.121.196,00
SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR		477.541.062,82	373.294.689,09
Caixa e Equivalentes de Caixa		477.541.062,82	373.294.689,09
TOTAL		3.551.700.794,86	2.836.249.119,60

DOS DISPÊNDIOS

ESPECIFICAÇÃO	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS		2.722.953.449,05	2.195.924.442,27
Ordinárias		2.157.723.765,35	1.754.554.601,88
Vinculadas		565.229.683,70	441.369.840,39
Seguridade Social (Exceto Previdência)		71.823.217,93	127.129.187,42
Previdência Social (RPPS)		342.535.547,00	281.757.218,00
Dívida Pública		99.235.871,12	-
Recursos Vinculados a Fundos/Órgãos e Programas		51.635.047,65	-
Out. Recursos Vinculados a Fundos/Órgãos e Programas		-	32.483.434,97
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS	<u>11</u>	303.034.475,37	113.998.538,64
Resultantes da Execução Orçamentária	<u>11</u>	245.388.785,41	61.101.619,00
Repasso Concedido	<u>13</u>	61.856.875,46	2.001.986,54
Sub-repasso Concedido		13.938.419,00	13.915.767,69
Cota Devolvida	<u>11/13</u>	169.593.490,95	45.183.864,77
Independentes da Execução Orçamentária		57.645.689,96	52.896.919,64
Demais Transferências Concedidas		1.695,75	3.146,01
Movimentação de Saldos Patrimoniais		57.643.994,21	52.893.773,63
DESPESAS EXTRA ORÇAMENTÁRIAS		59.016.247,86	48.785.075,87
Pagamento dos Restos a Pagar Processados	<u>12</u>	16.715.248,96	6.855.039,23
Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	<u>12</u>	35.674.100,58	35.354.092,60
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	<u>01</u>	1.387.163,49	1.492.103,47
Outros Pagamentos Extraorçamentários		5.239.734,83	5.083.840,57
SALDO PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE	<u>13</u>	466.696.622,58	477.541.062,82
Caixa e Equivalentes de Caixa		466.696.622,58	477.541.062,82
TOTAL		3.551.700.794,86	2.836.249.119,60

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (DFC)

	NE	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		17.737.504,51	115.214.142,95
INGRESSOS	13	2.918.289.748,35	2.401.373.293,35
Receita Tributária		37.910.210,01	34.977.199,80
Receita Patrimonial		361.096,01	3,45
Receita de Serviços		17.419,81	15.179,77
Outras Receitas Derivadas e Originárias		300.248,25	466.558,34
Outros Ingressos das Operações		2.879.700.774,27	2.365.914.351,99
Ingressos Extraorçamentários		1.475.976,50	1.403.952,57
Transferências Financeiras Recebidas		2.859.118.418,32	2.347.389.203,42
Arrecadação de Outra Unidade		19.106.379,45	17.121.196,00
DESEMBOLSOS		-2.900.552.243,84	-2.286.159.150,40
Pessoal e Demais Despesas		-2.455.097.032,53	-2.005.913.045,89
Judiciário		-1.140.955.067,56	-1.064.739.608,57
Segurança Pública		-	-11.239,72
Previdência Social		-434.280.380,39	-410.038.638,81
Educação		-	3.178,20
Gestão Ambiental		-	-1.007,50
Ciência e Tecnologia		-	-5.061,96
Encargos Especiais		-879.861.584,58	-531.114.311,13
Transferências Concedidas		-135.793.837,62	-159.671.621,83
Intragovernamentais		-135.793.837,62	-159.671.621,83
Outras Transferências Concedidas		-	-3.956.683,37
Outros Desembolsos das Operações	<u>11</u>	-309.661.373,69	-120.574.482,68
Dispêndios Extraorçamentários		-1.387.163,49	-1.492.103,47
Transferências Financeiras Concedidas		-303.034.475,37	-113.998.538,64
Demais Pagamentos		-5.239.734,83	-5.083.840,57
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		-28.581.944,75	-10.967.769,22
DESEMBOLSOS		-28.581.944,75	-10.967.769,22
Aquisição de Ativo Não Circulante		-17.417.959,52	-6.032.153,92
Outros Desembolsos de Investimentos	<u>04</u>	-11.163.985,23	-4.935.615,30
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		-10.844.440,24	104.246.373,73
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL		477.541.062,82	373.294.689,09
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL		466.696.622,58	477.541.062,82

Base de Preparação das Demonstrações e das Práticas Contábeis

As Demonstrações Contábeis do Superior Tribunal de Justiça são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, do Decreto-lei nº 200/1967, do Decreto nº 93.872/1986, da Lei nº 10.180/2001 e da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF). São baseadas, também, no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e no Manual Siafi, editados pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN/MF). Dessa forma, as demonstrações são compostas por: Balanço Patrimonial (BP), Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), Balanço Orçamentário (BO), Balanço Financeiro (BF) e Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC). Essas demonstrações contábeis são acompanhadas pelas notas explicativas.

O objetivo principal das Demonstrações Contábeis é fornecer, aos diversos usuários, informações sobre a gestão do patrimônio do STJ e contribuir na prestação de contas da gestão econômico-financeira realizada no período a que se referem. Nas demonstrações contábeis, os diversos usuários podem encontrar informações sobre a posição e as mutações do patrimônio público, o desempenho econômico-financeiro, a execução orçamentária, os fluxos de caixa e outras informações que auxiliem na avaliação da gestão econômico-financeira desta Corte.

Resumo dos Principais Critérios e Políticas Contábeis

MOEDA FUNCIONAL E SALDOS EM MOEDAS ESTRANGEIRAS

A moeda funcional utilizada é o Real, tendo em vista o disposto no item 5, alínea “a”, da ITG 2000 (R1) – Escrituração Contábil, aprovada pelo Conselho Federal de Contabilidade por meio da Resolução CFC nº 1.330/2011, combinado com o art. 5º da Lei nº 9.069/1995.

CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

Incluem dinheiro em caixa, conta única e demais depósitos bancários. Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. A conta única, derivada do princípio de unidade de tesouraria (conforme art. 1º e 2º do Decreto 93.872/1986), é mantida no Banco Central (BACEN) e acolhe todas as disponibilidades financeiras da União.

CRÉDITOS E VALORES A CURTO PRAZO

Compreendem outros direitos a receber a curto prazo relacionados, principalmente, com adiantamentos de pessoal e suprimentos de fundos, créditos por dano ao patrimônio e decorrentes de folha de pagamento e créditos a receber por cessão de pessoal. Os créditos relacionados com os danos ao patrimônio são mensurados e avaliados pelo valor original. Suas atualizações monetárias e incidências de juros de mora são calculadas por meio do aplicativo ‘Sistema de Débito’, disponibilizado no sítio web do Tribunal de Contas da União (TCU).

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA (TED)

Até o exercício de 2018, os lançamentos relativos aos TEDs eram contabilizados apenas em contas de controle. A partir de janeiro de 2019, passou-se a utilizar também a conta de Adiantamentos, sendo seu saldo gerado por lançamento contábil automático da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). No Balanço Patrimonial, os registros dos TEDs constam da conta Demais Créditos e Valores a Curto Prazo.

ESTOQUES

Os estoques são avaliados e mensurados nas entradas pelo valor de aquisição ou produção/construção; e nas saídas, pelo custo médio ponderado.

VPD PAGAS ANTECIPADAMENTE

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no curto prazo. A base de mensuração é o custo histórico.

ATIVO REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

Compreendem os direitos de longo prazo relacionados com créditos a receber decorrentes de folha de pagamento e danos ao patrimônio, sendo sua atualização monetária e a incidência de juros de mora calculadas pelo ‘Sistema de Débito’ do sítio web do Tribunal de Contas da União. Compreende ainda os ajustes para perdas com créditos a longo prazo.

Os valores são mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias, juros e encargos moratórios, de acordo com as taxas especificadas nas respectivas operações. É registrado, também, o ajuste para perdas, com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

IMOBILIZADO

O imobilizado é composto pelos bens móveis e imóveis. É reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, construção ou produção. Após o reconhecimento inicial, ficam sujeitos à depreciação, amortização ou exaustão (quando tiverem vida útil definida), bem como à redução ao valor recuperável e à reavaliação. A atualização dos valores históricos dos bens imóveis é realizada anualmente com base nos percentuais de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) fornecidos pelo Governo do Distrito Federal (GDF).

Os gastos posteriores à aquisição, à construção ou à produção são incorporados ao valor do imobilizado, desde que aumentem a vida útil do bem e sejam capazes de gerar benefícios econômicos futuros. Se os gastos não gerarem tais benefícios, eles serão reconhecidos diretamente como variações patrimoniais diminutivas do período.

INTANGÍVEL

Os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos, destinados à manutenção das atividades jurisdicionadas do STJ ou exercidos com essa finalidade, são mensurados ou avaliados com base no valor de aquisição ou de produção,

deduzido o saldo da respectiva conta de amortização acumulada e o montante acumulado de quaisquer perdas do valor que tenham sofrido ao longo de sua vida útil por redução ao valor recuperável (*impairment*).

AVALIAÇÃO DE BENS (REAVALIAÇÃO E REDUÇÃO AO VALOR RECUPERÁVEL)

Os procedimentos para registro da avaliação (reavaliação e redução a valor recuperável) no Superior Tribunal de Justiça têm como base legal a Lei nº 4.320/1964, NBC TSP, MCASP e Lei nº 10.180/2001. A metodologia de avaliação dessa indicação de redução ao valor recuperável e reavaliação, bem como a mensuração do valor, seguem as orientações do MCASP (Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais) e estão descritas detalhadamente na Instrução Normativa STJ/GP nº 20 de 22 de novembro de 2019, podendo ser acessada pelo link <https://transparencia.stj.jus.br/patrimonio-e-obras/avaliacao-e-depreciacao-de-bens/>.

Conforme Anexo III da referida IN, a metodologia de cálculo para avaliação de bens é:

$$\mathbf{BA = VCLM * EC}$$

$$\mathbf{VCLM = VM - CDE}$$

Onde: BA (Bem Avaliado), EC (Estado de Conservação), VCLM (Valor Líquido Contábil de Mercado), VM (Valor de Mercado) e CDE (Cotas de Depreciação Equivalente)

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO DOS BENS MÓVEIS E INTANGÍVEIS

A base de cálculo para a depreciação e amortização de bens móveis e intangíveis é o custo do ativo, que compreende todos os custos diretos e indiretos. O método de cálculo utilizado é o das quotas constantes.

Para os bens móveis, como regra geral, a depreciação será iniciada a partir do primeiro dia do mês seguinte ao da data de colocação do bem em utilização. Porém, quando o valor do bem adquirido e o valor da depreciação no primeiro mês sejam relevantes, admite-se o registro, em caráter de exceção, do cômputo da depreciação em fração menor do que um mês.

Utiliza-se ainda a tabela constante no Manual SIAFI, Macrofunção 020330 - Depreciação, Amortização e Exaustão na Administração Direta da União, Autarquias e Fundações que dispõe sobre a vida útil e o valor residual dos bens móveis.

Para os bens intangíveis com vida útil definida, a amortização é iniciada a partir do momento em que o ativo está disponível para uso.

A metodologia de cálculo para depreciação e amortização, constante na IN STJ/GP nº 20 de 22 de novembro de 2019, Anexo III é:

Depreciação

$$\mathbf{VD = (CB - VR) / PVU}$$

Onde: VD (Valor de Depreciação), CB (Custo do Bem), VR (Valor Residual) e PVU (Período de Vida Útil)

Amortização

$$\mathbf{CMA = CS / PVU}$$

Onde: CMA (Custo Mensal de Amortização), CS (Custo do Software) e PVU (Período de Vida Útil)

DEPRECIÇÃO DE BENS IMÓVEIS CADASTRADOS NO SPIUnet

A depreciação dos bens imóveis cadastrados no SPIUnet é apurada, mensal e automaticamente, pelo sistema SPIUnet. A depreciação será iniciada no mesmo dia em que o bem for colocado em condições de uso, utilizando-se, para tanto, o Método da Parábola de Kuentzle.

A vida útil será definida com base no laudo de avaliação específica ou, na sua ausência, por parâmetros predefinidos pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU), segundo a natureza e as características dos bens imóveis. Nos casos de bens reavaliados, independentemente do fundamento, a depreciação acumulada deve ser zerada e reiniciada a partir do novo valor. O valor residual é estabelecido pela STN e comunicado à SPU.

PASSIVO CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

As obrigações do STJ são evidenciadas por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos das Variações Monetárias e Cambiais ocorridas até a data das demonstrações contábeis.

Os passivos circulante e não circulante apresentam a seguinte divisão: obrigações trabalhistas, previdenciárias e assistenciais, fornecedores e contas a pagar, provisões e demais obrigações.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional c/c o Acórdão TCU 1.331/2019, registraram-se contabilmente as obrigações de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV) nos passivos dos órgãos devedores originários sensibilizando nesta Corte apenas contas de controle, metodologia aplicada conforme Nota Técnica SPO/CJF 001/2023 em atendimento às Emendas Constitucionais n. 113 e 114/2021.

PROVISÕES DE CURTO PRAZO

As provisões são reconhecidas quando é provável a saída de recursos no futuro e o seu valor puder ser estimado com suficiente segurança sendo constituídas no STJ especialmente para alcançar determinadas despesas inscritas em Restos a Pagar não Processados (RPNP).

APURAÇÃO DO RESULTADO

Na contabilidade desta Corte são apurados os seguintes resultados: Patrimonial; Orçamentário; Financeiro.

- **RESULTADO PATRIMONIAL**

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das variações patrimoniais aumentativas (VPA) e das variações patrimoniais diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para a União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerá decréscimos nos benefícios econômicos ou no potencial de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos.

A apuração do resultado patrimonial do exercício se dá pelo encerramento das contas de VPA e VPD, em contrapartida a uma conta de apuração. Após a apuração, o resultado é transferido para a conta “Superávit/Déficit do Exercício”. O detalhamento do confronto entre VPA e VPD é apresentado na Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), na qual também é evidenciado o resultado patrimonial do exercício, conforme prescreve o art. 104 da Lei nº 4.320/1964.

• RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O regime orçamentário da União segue o descrito no art. 35 da Lei nº 4.320/1964. Desse modo, representa o confronto entre as receitas orçamentárias arrecadadas e as despesas orçamentárias empenhadas. O superávit/déficit é apresentado diretamente no Balanço Orçamentário.

O registro da receita orçamentária ocorre no momento da arrecadação, conforme art. 35 da Lei nº 4.320/1964, e decorre do enfoque orçamentário dessa Lei, tendo por objetivo evitar que a execução das despesas orçamentárias ultrapasse a arrecadação efetiva. Vale destacar que, segundo o mesmo artigo, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas, o que representa a adoção do regime de caixa para o ingresso das receitas públicas.

A contabilização da receita orçamentária, decorrente da arrecadação tributária, ocorre por meio de registros automáticos com impacto a crédito nas contas de Variação Patrimonial Aumentativa e a débito na conta de Caixa e Equivalente de Caixa. Essa arrecadação é evidenciada no Balanço Orçamentário (BO), pela realização da receita, e nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP).

Por outro lado, há ocorrência também de registros de Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) no momento do lançamento do tributo, pois é por esse procedimento que se verifica a ocorrência do fato gerador do crédito tributário correspondente quando se determina a matéria tributável, o cálculo do montante do tributo devido e a identificação do sujeito passivo. Nesse caso, representa, de fato, o registro por competência.

O montante dos Impostos, Taxas e Contribuições apurados nas Demonstrações das Variações Patrimoniais (DVP) decorre de registro do ingresso da arrecadação tributária e de registro dos créditos tributários a receber. Já o somatório das Receitas Tributárias e das Receitas de Contribuições, evidenciadas no Balanço Orçamentário, é decorrente da arrecadação dos tributos pelo ingresso do recurso na Conta Única do Tesouro Nacional (CUTN).

TABELA 1 – REGIME DE CAIXA X REGIME DE COMPETÊNCIA

REGIMES DE CONTABILIDADE APLICADA AO SETOR PÚBLICO

REGIME ORÇAMENTÁRIO			REGIME CONTÁBIL (PATRIMONIAL)		
RECEITA ORÇAMENTÁRIA	ARRECADAÇÃO	ART. 35 DA LEI Nº 4.320/1967 ¹	VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA	COMPETÊNCIA	NBC TSP ESTRUTURA CONCEITUAL, DE 2016

- RESULTADO FINANCEIRO**

O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios (orçamentários e extraorçamentários) que ocorreram durante o exercício e alteraram as disponibilidades da União. No Balanço Financeiro, é possível realizar a apuração do resultado financeiro. Em função das particularidades da União, pela observância do princípio de unidade de tesouraria ou de caixa, é possível, também, verificar o resultado financeiro na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) pela geração líquida de caixa e equivalentes de caixa.

Notas Explicativas

NOTA EXPLICATIVA 1 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Compreende o somatório dos valores disponíveis nas Contas ‘Demais Contas – Caixa Econômica Federal (CEF)’ e ‘Limite de Saque Com Vinculação de Pagamento’.

A primeira rubrica registra as cauções recebidas, enquadradas como depósitos restituíveis, ou seja, são ativos financeiros de natureza extraorçamentária e que representam entradas transitórias.

Já a segunda conta indica os recursos financeiros disponíveis para o STJ e estão discriminados por fontes no ‘Anexo I’. As fontes 1000, 1001, 1027, 1050 e 1444 equivalem a cerca de 99,52% das disponibilidades financeiras atuais, sendo mantidas com recursos ordinários do Tesouro Nacional – Exercício Corrente – para aplicação nas atividades jurisdicionais do Tribunal, sem contrapartida.

NOTA EXPLICATIVA 2 – DEMAIS CRÉDITOS E VALORES A CURTO/LONGO PRAZO

Correspondem aos créditos de direito em desfavor de terceiros por danos ao patrimônio do STJ e/ou acertos em folha de pagamento de pessoal. São monitorados, ainda, os créditos a receber por cessão de pessoal a outros órgãos e os adiantamentos relativos aos Termos Execução Descentralizada (TEDs).

¹ Art. 35. Pertencem ao exercício financeiro: I - as receitas nele arrecadadas; II - as despesas nele legalmente empenhadas.

Os Créditos a Receber a Curto Prazo (89,83%) e a Longo Prazo (10,17%) estão distribuídos conforme a tabela apresentada a seguir, estando os TEDs detalhados no ‘Anexo VI’.

TABELA 2 – CRÉDITOS A RECEBER

CONTAS	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
CURTO PRAZO			
Adiantamentos Concedidos a Pessoal	12.101.465,27	12.014.939,13	0,72%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	28.045,52	44.295,25	-36,69%
Valores a rec. por devolução desp. estornadas - CP	29.594,13	0,00	100,00%
Créditos a Receber por Cessão de Pessoal	114.591,35	126.212,73	-9,21%
Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada	62.363.538,12	2.427.331,13	2.469,22%
LONGO PRAZO			
Adiantamentos a prestadores de serviços - LP	12.873,00	12.873,00	0,00%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento	546.267,91	656.055,24	-16,73%
Créditos a Receber por Dolo, Má-fé ou Fraude – LP	8.391.694,65	7.552.743,20	11,11%
Créditos a Receber por Danos ao Patrimônio – Terceiros	95.460,23	113.294,93	-15,74%
Ajuste por Eventuais Perdas de Créditos Administrativos	(505.904,18)	(649.708,63)	-22,13%
TOTAL	83.177,626,00	22.298.035,98	273,027%

“**Adiantamento – Termo de Execução Descentralizada**” – A variação expressiva observada neste item decorre do repasse de R\$ 60.000.000,00 ao Conselho Nacional de Justiça – CNJ em virtude do Termo de Execução Descentralizada CNJ-STJ 001/2023, firmado entre esses dois órgãos no dia 20/12/2023.

“**Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Folha de Pagamento – Curto Prazo**” – A diferença observada neste item decorre da baixa de uma série desses créditos a receber, ora em virtude de sua inscrição em Dívida Ativa, no âmbito da União, ora de transferência para créditos a longo prazo.

“**Crédito a Receber por Danos ao Patrimônio – Longo Prazo**” – Créditos a receber oriundos de acertos em folha de pagamento e os decorrentes de prejuízos causados por terceiros, os saldos são devidos por um período superior a 12 meses. Durante o período, houve baixas por prescrição intercorrente no total de R\$ 110.872,48 e inscrição em dívida ativa no total de R\$ 118.849,72.

“**Crédito a Receber por dolo, má-fé ou fraude – Longo Prazo**” – Devido pelo CPF 83x.xxx.x77-20, em decorrência de recebimento indevido, no período de 13/10/1999 a 31/05/2016, de aposentadoria de servidora falecida em 13/10/1999. A diferença observada na comparação entre os finais dos anos de 2022 e 2023 decorre de atualização monetária anual feita em todos os créditos a receber.

“**Ajuste para Eventuais Perdas de Créditos Administrativos**” – O saldo em 31/12/2023 é de R\$ 505.904,18 (quinhentos e cinco mil novecentos e quatro reais e dezoito centavos) esclarecendo que ele iniciou o ano de 2023 com o valor de R\$ 649.708,63 e foi baixado em R\$ 143.804,45 devido a perdas que foram confirmadas no decorrer do exercício (649.708,63 – 143.804,45 = 505.904,18).

TABELA 3 – AJUSTE PARA PERDAS DE CRÉDITOS ADMINISTRATIVOS

MEMÓRIA DE CÁLCULO			
	2020 (R\$)	2021 (R\$)	2022 (R\$)
Créditos Adm. Danos ao Patrimônio Acumulados no Ano (A)	775.461,25	796.203,65	950.234,47
Baixas Diversas* (B)	12.327,43	12.389,27	134.014,49
% de Baixas Diversas (C) = (B) / (A)	1,59%	1,56%	14,10%
Créditos Adm. – Baixas Diversas (D) = (A) – (B)	763.133,82	783.814,38	816.219,98
Créditos Administrativos Recebidos (E)	-	-	2.574,56
% recebido = (E) / (D)	0,00%	0,00%	0,315%

SALDO FINAL DO EXERCÍCIO	763.133,82	783.814,38	813.645,42
---------------------------------	-------------------	-------------------	-------------------

* Baixas por prescrição ou inscrição em dívida ativa no âmbito da União.

NOTA EXPLICATIVA 3 – ESTOQUES

O Relatório de Movimentação de Almoarifado (RMA) discrimina as categorias de bens de consumo no almoarifado do STJ, conforme anexo II, destacando-se os seguintes pontos:

- Saldo Atual: R\$ 4.250.673,61;
- Entradas: R\$ 8.123.325,85;
- Saídas (baixa por consumo): R\$ 7.590.502,88;
- Variação positiva de 14,33% entre o saldo final de 2022 e o final de 2023 se justifica, entre outros fatores, principalmente pelas seguintes variações:

457,37% - Material de Processamento de Dados; e

144,02% - Material de Limpeza e Produtos de Higienização.

Importante destacar que o item Material Bibliográfico, que encerrou o ano de 2023 com o saldo de R\$ 3.507.747,23, tem suas entradas e saídas lançadas no relatório RMA do sistema Administra sem compor, neste sistema, o saldo final de estoque. Já no sistema SIAFI, seu saldo é registrado na conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro) que não tem relação com o RMA.

NOTA EXPLICATIVA 4 – IMOBILIZADO

O saldo atual do grupo imobilizado é de R\$ 468.905.695,80, sendo o mesmo subdividido em bens móveis e bens imóveis, conforme tabela a seguir:

TABELA 4 – IMOBILIZADOS (MÓVEIS X IMÓVEIS)

IMOBILIZADO				
	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH (%)	AV (%)
BENS MÓVEIS (V = I - II)	66.243.902,55	55.823.099,25	18,67%	14,13%
Valor Bruto Contábil (I)	113.525.927,11	93.547.486,41	21,36%	Não se aplica
Depreciação (II)	- 47.282.024,56	-37.724.387,16	25,34%	Não se aplica
BENS IMÓVEIS (VI = III - IV)	402.661.793,25	418.291.164,65	-3,74%	85,87%
Valor Bruto Contábil (III)	402.718.320,07	418.376.624,23	-3,74%	Não se aplica
Depreciação (IV)	-56.526,82	-85.459,58	-33,86%	Não se aplica
TOTAL LÍQUIDO (VIII = V + VI)	468.905.695,80	474.114.163,90	-1,1%	100%

- **BENS MÓVEIS**

O saldo dos bens móveis desta Corte, em 31/12/2023, foi detalhado no Anexo III - Relatório de Movimentação de Bens Móveis (RMB), destacando:

- Saldo atual: R\$ 110.018.179,88;
- Entradas orçamentárias e extraorçamentárias e/ou reavaliações: R\$ 21.939.467,78;
- Doações, baixas por depreciação e redução a valor recuperável: R\$ 2.108.580,97.

Comparando o saldo atual de bens móveis apresentado no Anexo III com o respectivo montante na conta SIAFI (R\$ 113.525.927,11), verifica-se uma variação de R\$ 3.507.747,23, justificada pelo fato de que a classe de bens Material de Uso Duradouro consta no SIAFI no grupo de Bens Móveis e no sistema interno de gerenciamento de bens consta no grupo material de consumo. Esta inconsistência ocorre porque o sistema de gerenciamento de bens está programado para emitir placas de tombamentos de bens permanentes o que não deveria ocorrer no grupo uso duradouro. Os ajustes ao sistema foram encaminhados à administração competente.

A variação positiva de R\$ 19.830.886,81 observada no Anexo III entre os saldos finais de dezembro de 2023 e 2022 decorreu especialmente pela aquisição de Equipamentos de Áudio e Vídeo (R\$ 2.183.075,21), Material de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC (R\$ 7.091.413,06), Computadores (R\$ 847.626,00), Obras de Arte (R\$ 6.841.060,08), Equipamentos de Telefonia (R\$ 553.047,00) e Veículos de Tração Mecânica (R\$ 3.556.263,00).

• BENS IMÓVEIS

Em dezembro de 2023, os ‘Bens Imóveis de Uso Especial’ registrados no sistema SPIUnet se referem aos imóveis sob gerência do Tribunal, estando todos localizados em Brasília e discriminados no Anexo V – Bens Imóveis. Encontra-se em elaboração, com expectativa para vigorar em 2024, normativo interno para avaliação de bens imóveis.

Seu saldo atual, deduzido da depreciação acumulada de R\$ 56.526,82, é de R\$ 402.661.793,25, tendo sido parte desse montante atualizado em 30/01/2023 ao percentual de 7,19% com base na Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 (IPTU), publicada no DODF Nº. 238, de 26/12/2022.

• BENS IMÓVEIS EM ANDAMENTO

Estes ativos representam os bens imóveis ainda não concluídos, como “Obras em Andamento” no total de R\$ 303.322,80 e “Instalações”, no montante de R\$ 3.375.143,50. Registre-se que foi realizado monitoramento contábil destes saldos no presente mês de dezembro.

NOTA EXPLICATIVA 5 – INTANGÍVEIS (SOFTWARES)

Representa softwares adquiridos e/ou desenvolvidos pelo Tribunal com saldo registrado no Balanço Patrimonial de R\$ 43.736.394,19 já deduzido da amortização acumulada do período no valor de R\$ 1.411.940,11. Comparando o saldo atual deste grupo com aquele do encerramento de 2022, constata-se um aumento aproximado de 32,12% nesse grupo de ativo.

TABELA 5 – INTANGÍVEIS (VIDA ÚTIL DEFINIDA X INDEFINIDA)

BENS INTANGÍVEIS

ESPECIFICAÇÃO	2023 (R\$)	2022 (R\$)	AH (%)
Software com Vida Útil Definida	2.165.269,13	2.184.649,13	-0,89%
(-) Amortização Acumulada	(1.411.940,11)	(837.384,27)	68,61%
Subtotal – Software com Vida Útil Definida	753.329,02	1.347.264,86	-44,08%
Software com Vida Útil Indefinida	42.983.065,17	31.755.947,21	35,35%
Subtotal – Software com Vida Útil Indefinida	42.983.065,17	31.755.947,21	35,35%
TOTAL	43.736.394,19	33.103.212,07	32,12%

NOTA EXPLICATIVA 6 – PASSIVO CIRCULANTE

• OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E ASSISTENCIAIS – CURTO PRAZO

Esse grupo contábil é subdividido em Férias a Pagar (R\$ 29.241.591,21), salários, remunerações e benefícios (R\$ 5.972.441,69), ambos se referem a valores de adiantamento referentes ao mês de janeiro cujos saldos serão baixados quando o fato gerador respectivo finalizar no exercício de 2024. Além dessas duas contas, compõe também esse grupo contábil os benefícios previdenciários a pagar (R\$ 15.969,47) e encargos sociais a pagar (R\$ 668.477,84).

• PROVISÕES A CURTO PRAZO

Em dezembro de 2023, foram constituídas provisões no montante de R\$ 25.946.394,87 com a finalidade de sensibilizar VPDs de empenhos de RPNP a serem liquidados e pagos em 2024 relativos a despesas cujo fato gerador ocorreu em 2023. Destaca-se que o mencionado valor, somado ao saldo de R\$ 5.106.537,32, remanescente de provisões constituídas em 2022, perfaz a monta de R\$ 31.052.932,19, conforme detalhamento a seguir:

- **21791.03.00** – Provisão para RPNP decorrente de sentenças judiciais – iniciou o atual exercício com o saldo de R\$ 180.691,99, sendo o mesmo totalmente baixado em julho de 2023. Saldo atual zerado
- **21791.05.00** – Provisão para Serviços de Terceiros - R\$ 29.030.994,19 refere-se a diversos serviços de terceiros inscritos em RPNP. Destaca-se que, após execução das respectivas despesas, o saldo desta conta está composto da seguinte forma: a) RPNP inscrito em 2022 para pagamento em 2023: R\$ 4.973.304,73; e b) RPNP inscrito em 2023 para pagamento em 2024: R\$ 24.057.689,46.
- **21791.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 2.021.938,00 - refere-se a RPNP que não se enquadra nas anteriores, como por exemplo obrigações patronais, obrigações tributárias contributivas, indenizações e restituições diversas, entre outras. Destaca-se que, após a execução das respectivas despesas, o saldo desta conta está composto da seguinte forma: a) RPNP inscrito em 2022 para pagamento em 2023: R\$ 131.320,67; e b) RPNP inscrito em 2023 para pagamento em 2024: R\$ 1.890.617,33.
- **21792.99.00** – Outras Provisões de Curto Prazo - R\$ 33.137,78. Idêntico ao anterior, mas para despesas extraordinárias. Destaca-se que o saldo ao final de 2023 se encontra zerado em virtude da sua reclassificação para conta 21791.99.00, efetuada no mês de agosto.
- **DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO - PRECATÓRIOS DE TERCEIROS**

Compõem o referido grupo contábil a conta Precatórios de Terceiros, no montante de R\$ 78.993.466,95, discriminados conforme tabela abaixo:

TABELA 6 – CONTA PRECATÓRIOS DE TERCEIROS

PRECATÓRIOS DE TERCEIROS	
	2023 (R\$)
Precatórios Inscrição em Restos a Pagar Processados devido a sobrestamento judicial e ainda pendentes de deliberação	70.087.978,83
Precatórios relacionados com a LOA 2021 pendentes de pagamento	8.905.488,12
TOTAL	78.993.466,95

Registre-se que, no decorrer de 2023, transitou por este grupo contábil o pagamento de precatórios e RPVs de 2022, incluindo baixas de saldos residuais e atualizações monetárias, nos seguintes montantes:

	2022 (R\$)
Precatórios a Pagar (Poder Judiciário)	674.806.125,47
RPVs a Pagar (Poder Judiciário)	104.233.089,00
PSSS Patronal a Recolher (Poder Judiciário)	4.509.224,10
TOTAL	100%

Para os compromissos com passivos judiciais (Precatórios e RPVs) com previsão de pagamento em 2024, foram sensibilizados nas contas de controle desta Corte, com reflexo em contas de passivos dos órgãos devedores originais os seguintes saldos: a) 89991.04.04 (Precatórios a Pagar – Poder Judiciário) – R\$ 209.783.372,85; b) 89991.04.06 (RPVs a Pagar – Poder Judiciário) - R\$ 126.383.418,00; e 89991.04.08 (PSSS Patronal a Recolher – Poder Judiciário) – R\$ 18.969.151,21. Consta do Anexo VII a relação de passivos de precatórios registrados entre 03/04/2023 e 31/12/2023 e aqueles registrados em decorrência da LOA 2024.

NOTA EXPLICATIVA 7 – PROVISÕES DE LONGO PRAZO E DEMAIS RESERVAS

- **PROVISÕES DE LONGO PRAZO**

O sado neste grupo se refere a despesas de pessoal cujos procedimentos administrativos internos para liquidação não foram concluídos, sendo constituídas provisões no total de R\$ 33.542,35, sendo R\$ 13.579, imputados ao CPF 54x.xxx.x87-15, e R\$ 19.963,12 ao CPF 66x.xxx.x09-10.

- **DEMAIS RESERVAS**

A variação significativa no grupo Demais Reservas decorre da aplicação da Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – NBC TSP 07, a qual prevê, desde agosto de 2023, a transferência dos saldos da conta Variação Patrimonial Aumentativa – VPA, relativas às reavaliações de bens imóveis, das Demonstrações de Variações Patrimoniais (DVP), diretamente para o Patrimônio Líquido (PL), na conta Reservas de Reavaliação, sendo esta alteração realizada diretamente pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

NOTA EXPLICATIVA 8 – SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL E AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O saldo superavitário de R\$ 223.584.424,12 indica que a soma dos passivos a pagar com os compromissos inscritos em restos a pagar, em dezembro deste exercício, é menor que os recursos financeiros disponíveis para suas

liquidações. A diferença negativa que costuma ocorrer durante o exercício e é equalizada ao seu final após o recebimento de todas as cotas financeiras estabelecidas pela Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente. Convém salientar que parte dos passivos a pagar foram emitidos com ISF ‘P’ (Patrimonial) para posterior emissão de empenhos de DEA (Despesas de Exercícios Anteriores) com indicação de passivo anterior. Os passivos ISF ‘P’ não afetam o superávit ou déficit apurado no exercício corrente, pois são contabilizados diretamente no patrimônio líquido na conta ajuste de exercícios anteriores. A conta “Ajustes de Exercícios Anteriores”, classificada no Patrimônio Líquido, apresentava em 31 de dezembro de 2023 saldo devedor acumulado de R\$ 13.515.704,72. A expressiva variação observada em relação ao exercício anterior decorre, principalmente, do registro do empenho nº 2023NE000035, no montante de R\$ 15.501.751,15, destinado à cobertura de despesas relativas a exercícios anteriores, especificamente com assistência médica e odontológica prestada a servidores deste Superior Tribunal de Justiça – STJ.

NOTA EXPLICATIVA 9 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS

Refere-se às garantias colocadas à disposição do Tribunal quando da assinatura de contratos para prestação de serviços e/ou fornecimentos de bens. O saldo de R\$ 26.409.873,60 está assim distribuído:

TABELA 7 – SALDOS GARANTIAS		
GARANTIAS		
	2023 (R\$)	%
Seguros-Garantia	26.138.233,89	98,97%
Fianças	183.764,74	0,7%
Cauções	87.874,97	0,33%
TOTAL	26.409.873,60	100%

NOTA EXPLICATIVA 10 – SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS

Os atos potenciais passivos, no valor total de R\$ 494.087.598,49, estão relacionados aos a) Termos de Execução Descentralizada (TED’s) e b) contratos firmados entre o Tribunal e terceiros para prestação de serviços e/ou fornecimento de bens, aquisição de seguros e locação de espaços.

Em relação aos TEDs, o saldo ao final de dezembro de 2023 é de R\$ 70.153.872,86 discriminados conforme tabela abaixo. Destaca-se que a TED CNJ/STJ 007/2020 foi cancelada e o montante de R\$ 300.000,00 foi devolvido a este Órgão. O Anexo VI apresenta maiores detalhamentos.

Já a situação dos contratos em execução em dezembro de 2023 é a seguinte:

TABELA 8 – OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS	
ESPECIFICAÇÃO	2023 (R\$)
Contratos de Serviços	415.344.590,98
Contratos de Aluguel	58.976,08
Contratos de Fornecimento de Bens	75.983.113,32
Seguros	16.849,17
TOTAL	491.403.529,55

NOTA EXPLICATIVA 11 – RESULTADO PATRIMONIAL

A apuração do resultado patrimonial implica a confrontação das Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) com as Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

As VPA são reconhecidas quando for provável que benefícios econômicos ou potencial de serviços fluirão para União e quando puderem ser mensuradas confiavelmente, utilizando-se o regime de competência.

As VPD são reconhecidas quando for provável que ocorrerão decréscimos nos benefícios econômicos ou potenciais de serviços para a União, implicando saída de recursos, redução de ativos ou assunção de passivos, seguindo o regime de competência.

O Resultado Patrimonial apurado em dezembro de 2023 foi superavitário em R\$ 45.109.079,78, no entanto, houve redução de 77,768% se comparado com dezembro de 2022, conforme demonstrado a seguir:

TABELA 9 – RESULTADO PATRIMONIAL

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH (%)
Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	3.033.509.572,74	2.553.523.778,82	18,797%
Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	2.988.400.492,96	2.350.623.605,51	27,132%
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III = I - II)	45.109.079,78	202.900.173,31	-77,768%

Para melhor análise do resultado patrimonial, as variações patrimoniais e o desempenho financeiro foram a seguir decompostas:

TABELA 10 – VARIAÇÕES PATRIMONIAIS (COMPARATIVO)

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH
(+) VARIAÇÕES PATR. AUMENTATIVAS (I)	3.033.509.572,74	2.553.523.778,82	18,797%
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	54.158.093,43	49.967.427,32	8,39%
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	1.063.066,93	761.840,11	39,54%
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	2.603,89	440,86	490,64%
Transferências e Delegações Recebidas	2.884.340.037,35	2.347.390.853,42	22,874%
Outras Transferência e Delegações Recebidas	25.221.619,03	1.650,00	1.528.482,97
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorp de Passivos	66.141.584,36	109.784.837,13	-39,753%
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	27.804.186,78	45.618.379,98	-39,05%
(-) VARIAÇÕES PATR. DIMINUTIVAS (II)	2.988.400.492,96	2.350.623.605,51	27,132%
Pessoal e Encargos Sociais	940.163.367,61	904.391.176,33	3,96%
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	437.708.525,22	410.616.715,05	6,60%
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	335.073.014,73	326.861.221,66	2,512%
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	18.062,72	429,51	4105,42%
Transferências e Delegações Concedidas	308.494.998,99	119.602.813,96	157,933%
Desvalorização e Perda de Ativos e Incorp de Passivos	934.031.544,38	549.959.796,15	69,836%
Tributárias	162.759,55	112.095,32	45,197%
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	32.748.219,76	39.079.357,53	-16,20%
RESULTADO PATRIMONIAL DAS VPA E VPD FINANCEIRAS (III = I - II)	45.109.079,78	202.900.173,31	-77,768%

- VARIAÇÃO PATRIMONIAL AUMENTATIVA (VPA)

Transferências e Delegações Recebidas - A variação observada na comparação entre os períodos de dezembro de 2022 e 2023 se deve ao orçamento aprovado a maior neste exercício se comparado ao anterior ensejando um volume maior de cotas recebidas.

Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos - O decréscimo verificado neste justifica-se pela reavaliação atípica pelo GDF dos Edifícios Sede STJ e Clube Social, no valor total de R\$ 96.783.064,60, efetuada em janeiro de 2022 e não repetida neste exercício.

Outras Transferências e Delegações Recebidas - A variação ocorrida em sua maior parte decorre da transferência de diversos bens imóveis da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para esta Corte no total de R\$ 17.861.990,85. Ocorreu ainda o recebimento, em doação, de acervo fotográfico dos artistas Lélia Deluiz Wanick Salgado e Sebastião Ribeiro Salgado Júnior estimados em R\$ 6.807.968,00.

Outras Variações Patrimoniais Aumentativas - A variação observada se deve a baixa de provisões constituídas ao final do exercício de 2022 decorrente da execução de despesas inscritas em restos a pagar não processados (RPNP) executados neste exercício (vide NE 06 - ‘Provisões a Curto Prazo’).

- **VARIAÇÃO PATRIMONIAL DIMINUTIVA (VPD)**

Pessoal e Encargos Sociais” e “Benefícios Previdenciários e Assistenciais” - Corresponde 75% a 80% de despesa com folha de pagamento de pessoal aprovada na LOA de 2023, cuja variação está relacionada, entre outros, com ajuste salarial autorizado em lei.

Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos - Refere-se basicamente a dois motivos: incorporação em 2023 de R\$ 876.665.528,76 de obrigações com precatórios e RPV’s transferidos dos órgãos originários dos débitos para este Tribunal como forma de viabilizar sua liquidação perante os credores habilitados. No exercício de 2022, essa incorporação foi de R\$ 531.073.850,03 (quinhentos trinta e um milhões, setenta e três mil, oitocentos e cinquenta reais e três centavos); e redução significativa no valor total dos bens imóveis (redução a valor recuperável), no valor total de R\$ 53.471.238,23, mesmo com a Lei GDF nº 7.204, de 23/12/2022 (IPTU) indicando um percentual positivo de 7,19%. Destaca-se que essa redução se deu em virtude da discrepância do valor do terreno onde se situa a Sede deste Tribunal em comparação com o constante das pautas das leis de IPTU anteriores, esta ocorrência está sendo tratada junto aos órgãos pertinentes do Governo do Distrito Federal.

Transferências e Delegações Concedidas - A variação decorre, em sua maior parte, da cota devolvida em 2023 no total de R\$ 169.593.490,95 ser superior àquela devolvida em 2022 (R\$ 45.183.864,77) e também do repasse de R\$ 60.000.000,00 deste tribunal para o Conselho Nacional de Justiça – CNJ por conta do Termo de Execução Descentralizada – TED CNJ-STN nº 01/2023, firmado entre esses dois órgãos no dia 20/12/2023.

- **RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO**

A variação negativa de Resultado Patrimonial de -77,768%, em relação ao mesmo período em 2022, justifica-se especialmente pela redução no grupo contábil: VPA - “Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos” e aumento dos grupos contábeis: VPD - “Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos” e “Transferências e Delegações Concedidas” acima explicados.

NOTA EXPLICATIVA 12 – RESULTADO ORÇAMENÁRIO

• DO RESULTADO ORÇAMENTÁRIO

O resultado orçamentário é originado a partir do confronto entre as receitas arrecadadas e as despesas legalmente empenhadas no exercício, tendo em vista critério estabelecido pelo art. 35 da Lei nº 4.320/1964.

O exercício de 2023 apresentou Resultado Orçamentário deficitário em R\$ 2.692.715.959,82. A situação decorre do fato desta Corte não ser ente arrecadador de tributos, e depender, dessa forma, de recursos arrecadados e repassados pela União.

• RECEITAS

As receitas realizadas, rotineiramente, superam suas previsões atualizadas. Isso ocorre porque o STJ não possui autonomia para atualizar as referidas previsões, conforme se pode observar no Capítulo 7 - Estimativas de Receitas Orçamentárias no Manual Técnico do Orçamento (MTO) 2023, em sua 8ª versão de 24/03/2023. A Secretaria do Tesouro Nacional - STN, após consulta desta Setorial, ratificou as referidas informações por meio da mensagem (comunica SIAFI) 2017/1518536.

• DESPESAS CORRENTE, DE CAPITAL E JUDICIAIS

As despesas de pessoal, correntes e judiciais (precatórios e RPVs) correspondem quase a totalidade dos empenhos executados até dezembro de 2023, cujo detalhamento é apresentado a seguir:

TABELA 11 – EXECUÇÃO DE DESPESAS POR ELEMENTO

ELEMENTO DE DESPESA	DESPESAS EMPENHADAS (R\$)	DESPESAS LIQUIDADAS (R\$)
Aposent. Res. Rem e reformas	367.476.930,08	367.476.930,08
Pensões	69.582.275,28	69.582.275,28
Contrib. a entidade fechada previdência	8.225.722,88	8.225.722,88
Out. Benef.assist. do serv. e do militar	7.093.503,80	7.093.503,80
Venc. e vantagens fixas - pessoal civil	727.770.396,73	727.770.396,73
Obrigações patronais	126.926.288,70	126.926.288,70
Diárias - pessoal civil	1.071.219,68	1.071.219,68
Outras despesas variáveis - pessoal civil	8.700.410,23	8.700.410,23
Material de consumo	14.704.872,52	7.628.488,55
Material, bem ou serviços para dist.gratuita	0,00	
Passagens e despesas com locomoção	3.347.082,94	3.067.394,06
Serviços de consultoria	912.510,24	661.658,94
Outros serviços de terceiros – pessoa física	1.331.150,58	1.203.855,41
Locação de mão-de-obra	150.476.135,44	148.666.049,01
Outros serviços de terceiros PJ - op.int.orc.	116.033.818,28	98.650.266,39
Serviços de tec. da inf./com-PJ	76.617.424,34	51.230.534,20
Auxílio-alimentação	42.604.132,11	42.604.132,11
Obrigações Tributárias e contributivas	161.125,36	153.681,64

Auxílio-transporte	43.722,10	43.722,10
Obras e instalações	1.103.136,83	217.069,25
Equipamentos e material permanente	76.242.525,17	5.432.755,27
Pensões especiais	59.130,00	59.130,00
Sentenças judiciais	884.625.246,24	884.246.654,68
Despesas de exercícios anteriores	17.798.512,35	17.794.732,32
Indenizações e restituições	7.141.274,67	5.991.284,00
Ressarcimento despesas pessoal requisitado	12.904.902,50	12.904.902,50
TOTAL	2.722.953.449,05	2.597.403.057,81

• DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A execução orçamentária no exercício de 2023 apresentou as seguintes informações:

1. O Orçamento aprovado no Congresso Nacional para esta Corte na LOA 2023 (Lei 14.535/2023), devidamente atualizado, foi de R\$ 2.029.721.389,00;
2. As dotações orçamentárias destinadas ao pagamento de débitos relativos a precatórios e requisições de pequeno valor, aprovadas na LOA 2023 e em créditos adicionais, são integralmente descentralizadas pelo órgão central do Sistema de Administração Financeira Federal ao STJ, conforme comandos do art. 35 da Lei nº 14.436/2022 – LDO;
3. As movimentações externas de crédito, até o momento, são enquadradas como destaques recebidos e, em sua maioria, destinadas para pagamento de precatórios e RPVs. Já os destaques concedidos a outros órgãos geralmente são realizados para atender aos Termos de Execução Descentralizada (TED), como por exemplo custeio de imóveis funcionais do Senado cedidos aos Ministros desta Corte. Houve provisões concedidas à Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados – ENFAM, no valor total de R\$ 13.938.419,00;
4. Até a presente data, não houve bloqueio de créditos para contingenciamento;
5. Consta no Anexo VIII a evolução da execução orçamentária da LOA 2023 detalhada nesta Unidade Orçamentária (UO) 11101;
6. As despesas de pessoal não executadas orçamentariamente no mês de competência, tendo como base as informações constantes dos Relatórios de Gestão Fiscal quadrimestrais, somaram no período ora em análise o montante de R\$ 1.890.990,33, na conta SIAFI na Despesa com Pessoal a Executar – RGF, em atenção à Macrofunção SIAFI n. 021142, itens 8.3.2 e 8.3.2.2.

• DO RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO

No quadro “Da Execução dos Restos a Pagar não Processados”, a soma dos restos a pagar de exercícios anteriores e daqueles inscritos em 31/12/2022 totalizou R\$ 47.261.890,17, dos quais 75,48% foram pagos e 12,96% cancelados. Dos empenhos pagos, destaca-se o valor de R\$ 11.940.088,58, empenho 2022NE000730, referente a diversas despesas com assistência médica dos servidores do STJ.

No quadro “Da Execução de Restos a Pagar Processados e não Processados Liquidados”, destaca-se:

- R\$ 1.835.303,61 refere-se ao empenho 2015NE000342 ainda não pago em decorrência de pendências judiciais em desfavor do CNPJ 071xxxxx/0001-96;
- R\$ 70.087.978,83 relaciona-se ao Empenho 2020NE001215, referente a sentenças judiciais de competência de 2020 que não foram pagas em virtude de pendência judicial ainda não deliberada.

A Lei de Responsabilidade Fiscal, no art. 55, dispõe que o Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral conterà, entre outras informações, aquelas relacionadas com o demonstrativo da disponibilidade de caixa e dos restos a pagar referente às despesas liquidadas, as empenhadas e não liquidadas, inscritas até o limite do saldo da disponibilidade de caixa. O Relatório de Gestão Fiscal desta Corte pode ser consultado no endereço <http://www.stj.jus.br/sites/portalp/Transparencia/Relatorios-de-gestao/Relatorio-de-Gestao-Fiscal-quadrimestral>.

NOTA EXPLICATIVA 13 – RESULTADO FINANCEIRO

• DO RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro é composto pelo resultado orçamentário (receitas menos despesas orçamentárias), somado ao resultado das transferências financeiras (recebidas menos concedidas) e ainda o resultado extraorçamentário (recebimentos menos pagamentos extraorçamentários, incluindo os restos a pagar).

No exercício de 2023, o resultado financeiro foi negativo em R\$ 7.915.928,90 em decorrência do aumento em 164,36% de transferências financeira concedidas, em relação ao exercício de 2022, ocasionadas especialmente repasse concedido de R\$ 60.000.000,00 ao Conselho Nacional de Justiça por meio do Termo de Execução Descentraliza nº 001/2023 e cotas devolvidas à STN para ajustes de cota a programar em decorrência de baixa de recursos diferidos.

TABELA 12 – RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2023 (R\$)	31/12/2022 (R\$)	AH (%)
Receita Orçamentária (I)	38.588.974,08	35.458.941,36	8,83
Despesa Orçamentária (II)	2.722.953.449,05	2.195.924.442,27	24,00
RESULTADO ORÇAMENTÁRIO (III = I - II)	-2.684.364.474,97	-2.160.465.500,91	24,25
Transferências Financeiras Recebidas (IV)	2.859.118.418,32	2.347.389.203,42	21,80
Transferências Financeiras Concedidas (V)	303.034.475,37	113.998.538,64	165,82
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS (VI = IV - V)	2.556.083.942,95	2.233.390.664,78	14,45
Recebimentos Extraorçamentários (VII)	176.452.339,64	80.106.285,73	120,27
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)	59.016.247,86	48.785.075,87	20,97
RESULTADO EXTRAORÇAMENTÁRIO (IX = VII - VIII)	117.436.091,78	31.321.209,86	274,94
RESULTADO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (X = III+VI+IX)	-10.844.440,24	104.246.373,73	>100

• DOS RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS

Os saldos de R\$ 30.319.592,45 e R\$ 125.550.391,24 observados no grupo contábil “Ingresso”, subconta “Recebimentos Extraorçamentários” do Balanço Financeiro (BF), embora consignados como restos a pagar processados e restos a pagar não processados, respectivamente, dizem respeito aos empenhos emitidos por esta Corte no exercício

corrente e que ainda não foram pagos. Tal informação consta neste BF apenas para equilibrar o saldo total entre os quadros ‘INGRESSOS’ e ‘DISPÊNDIOS’.

- **SALDO PARA EXERCÍCIO SEGUINTE (CAIXA E EQUIVALENTE CAIXA)**

O saldo de R\$ 466.696.622,58 refere-se à soma das cauções registradas a título de garantia contratual na Conta Caixa Econômica Federal e do saldo da Conta de Limite de Saque com Vinculação de Pagamento.

O montante de recursos financeiros recebidos no decorrer de 2023 corresponde ao total da dotação atualizada para esta Corte, em consonância com a Lei Orçamentária Anual – LOA, incluindo os recursos referentes à soma dos empenhos inscritos em restos a pagar.

Anexos

ANEXO I - RECURSOS FINANCEIROS DISTRIBUÍDOS POR FONTES

FONTE	31/12/2023 (R\$)	AV
1000 – Recursos Livres da União	381.679.259,84	81,7987%
1001 – Recursos Livres da Seguridade Social	2.287.495,67	0,4902%
1027 – Serviços Afetos às Atividades Específicas da Justiça	4.932.428,18	1,0571%
1050 – Recursos Próprios Livres da UO	5.400.265,52	1,1573%
1052 – Recursos Livres da UO	1.118.481,17	0,2397%
1056 – Benef. do Regime Próprio de Prev. Social	-	0,0000%
1138 – Melhoria da Prestação Jurisdicional	361.099,46	0,0774%
1444 – Demais. Aplic. Autor. p/ Recursos Oriundos de Títulos do Tesouro, Excets. o Ref. da Dívida Pública	70.087.978,83	15,0207%
1491 – Recursos Diversos	-	0,0000%
3050 – Recursos Livres da União (Exercícios Anteriores.)	740.800,90	0,1588%
TOTAL	466.607.809,57	100,000%

ANEXO II - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE ALMOXARIFADO – RMA

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/12/2023 (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	ENTRADAS (R\$)	SAÍDAS (R\$)	SALDO FINAL 12/2023 (R\$)	SALDO FINAL 12/2022 (R\$)	AH 2023/2022
Combustíveis e Lubrificantes Automotivos	1.209.388,03	1.209.388,03	0,00	0,00	0,00%
Combustíveis e Lubrif. p/ Out. Finalidades	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Explosivos e Munições	95.970,90	95.970,90	0,00	0,00	0,00%
Gás e Outros Materiais Engarrafados	12.140,50	12.140,50	0,00	0,00	0,00%
Gêneros de Alimentação	1.505.777,74	1.505.777,74	0,00	0,00	0,00%
Material Farmacológico	165.604,28	165.604,28	0,00	0,00	0,00%
Material Odontológico	41.845,01	59.966,67	17.132,86	35.254,52	-51,40%
Material Químico	11.134,00	10.303,00	831,00	0,00	100,00%
Material Educativo e Esportivo	495,00	495,00	0,00	0,00	0,00%
Material para Festividades e Homenagens	23.903,85	23.938,85	35,50	70,50	-49,65%
Material para Expediente	152.539,63	174.343,24	166.639,94	188.443,55	-11,57%
Material de Processamento Dados	580.713,91	124.977,55	555.379,92	99.643,56	457,37%
Material de Acondicionamento e Embalagem	37.177,09	42.604,67	47.951,54	53.379,12	-10,17%
Material de Cama, Mesa e Banho	12.803,23	12.803,23	0,00	0,00	0,00%
Material de Copa e Cozinha	146.866,24	140.575,86	35.151,60	28.861,22	21,80%
Material de Limpeza e Prod. de Higienização	1.496.126,92	1.227.251,94	455.567,21	186.692,23	144,02%
Uniformes, Tecidos e Aviamentos	31.693,44	31.693,44	0,00	0,00	0,00%
Material para Manutenção de Bens Imóveis	444.244,01	449.617,38	464.102,71	469.476,08	-1,14%
Material para Manutenção de Bens Móveis	115.580,21	221.677,34	119.295,18	225.392,31	-47,07%
Material Elétrico e Eletrônico	1.008.286,88	887.234,50	1.321.477,34	1.200.424,96	10,08%
Material de Manobra e Patrulhamento	1.064,00	1.064,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Proteção e Segurança	30.591,14	30.682,91	13.824,13	13.915,90	-0,66%
Material para Áudio, Vídeo e Foto	79.536,69	79.658,63	617,53	739,47	-16,49%
Material para Comunicações	42.443,49	228.022,92	942.640,31	1.128.219,74	-16,45%
Sementes, Mudas de Plantas e Insumos	3.881,58	3.881,58	0,00	0,00	0,00%
Material Hospitalar	149.751,54	122.827,49	96.494,70	69.570,65	38,70%
Material para Manutenção de Veículos	652.199,86	652.199,86	0,00	0,00	0,00%
Material p/ Utilização em Gráfica	473,98	4.389,55	3.129,40	7.044,97	-55,58%
Ferramentas	2.246,90	2.421,54	8.336,88	8.511,52	-2,05%
Material p/ Reabilitação Profissional	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Material de Sinalização Visual e Outros	50.879,28	51.023,76	144,48	288,96	-50,00%
Material Para Divulgação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%
Bandeiras, Flamulas e Insígnias	4.319,52	4.319,52	0,00	0,00	0,00%
Outros Materiais de Consumo	13.647,00	13.647,00	1.921,38	1.921,38	0,00%
TOTAL	8.123.325,85	7.590.502,88	4.250.673,61	3.717.850,64	14,33%

*Material Bibliográfico	197.129,61	49.575,72	3.507.747,23	3.360.193,34	4,39%
--------------------------------	-------------------	------------------	---------------------	---------------------	--------------

* Destaca-se que o item Material Bibliográfico tem suas entradas e saídas lançadas no relatório RMA do sistema Administra sem compor, neste sistema, o saldo final de estoque. No sistema SIAFI, tem seu saldo registrado na conta 12311.99.10 (Material de Uso Duradouro) que não tem relação com o RMA.

ANEXO III - RELATÓRIO DE MOVIMENTAÇÃO DE BENS – RMB

MOVIMENTAÇÃO ATÉ 31/12/2023 (R\$)					
ESPECIFICAÇÃO	ENTR/REAVAL. (R\$)	SAÍDAS/BX DEPR/RED A VALOR RECUP. (R\$)	SALDO FINAL 12/2023 (R\$)	SALDO FINAL 12/2022 (R\$)	AH 2023/2022
Aeronave	0,00	0,00	5.893,02	5.893,02	0,00%
Aparelhos Medição e Orientação	0,00	2.014,06	60.883,74	62.897,80	-3,20%
Apar e Equip. de Comunicação	0,00	436,56	4.692.679,29	4.693.115,85	-0,01%
Apar Médicos e Odontológicos	30.698,70	1.134,67	642.124,69	612.560,66	4,83%
Aparelhos Esportes e Diversão	0,00	0,00	10.420,66	10.420,66	0,00%
Aparelhos Domésticos	56.628,52	21.622,21	1.105.185,88	1.070.179,57	3,27%
Armamentos	0,00	0,00	265.037,71	265.037,71	0,00%
Col e Materiais Bibliográficos	713,18	447,70	809.019,48	808.754,00	0,03%
Equipamentos de Segurança	0,00	312,69	3.972.834,73	3.973.147,42	-0,01%
Equip Industrial	0,00	0,00	26.407,00	26.407,00	0,00%
Equipamentos Energéticos	25.510,14	765.030,45	143.269,36	882.789,67	-83,77%
Equipamentos Gráficos	45.453,63	5.126,26	100.894,56	60.567,19	66,58%
Equip de Áudio e Vídeo	2.183.075,21	46.702,44	15.734.056,86	13.597.684,09	15,71%
Máq, Aparelhos e Eq. Diversos	0,00	2.960,64	106.835,13	109.795,77	-2,70%
Material TIC*	7.091.413,06	94.652,70	29.403.682,09	22.406.921,73	31,23%
Máquinas de escritório	11.900,00	94.476,19	112.619,31	195.195,50	-42,30%
Ativos de rede*	532.325,20	0,00	6.558.867,52	6.026.542,32	8,83%
Máquinas de oficina	2.028,56	36,96	113.118,49	111.126,89	1,79%
Equipamentos Hidráulicos e Elétricos	0,00	696.121,56	7.205,70	703.327,26	-98,98%
Computadores*	847.626,00	0,00	3.152.279,91	2.304.653,91	36,78%
Mobiliário em Geral	161.725,50	44.829,90	7.703.373,49	7.586.477,89	1,54%
Servidores (Storage)*	0,00	0,00	11.301.239,86	11.301.239,86	0,00%
Obras de Arte	6.841.060,08	2.788,40	7.256.893,69	418.622,01	1633,52%
Impressoras*	0,00	0,00	472.611,01	472.611,01	0,00%
Telefonia*	553.047,00	0,00	1.718.495,98	1.165.448,98	47,45%
Veículos Diversos	0,00	2.218,58	250.542,89	252.761,47	-0,88%
Peça não Incor. ao Imóvel	0,00	0,00	6.308,00	6.308,00	0,00%
Veículos de Tração Mecânica	3.556.263,00	327.669,00	14.285.380,85	11.056.786,85	29,20%
Outros Materiais Permanentes	0,00	0,00	18,98	18,98	0,00%
TOTAL	21.939.467,78	2.108.580,97	110.018.179,88	90.187.293,07	21,989%

*Por incompatibilidade entre o SIAFI e o Sistema de Gestão Patrimonial do STJ, os saldos destes grupos encontram-se na conta “Equipamento de Tecnologia da Informação de Comunicação/TIC”.

ANEXO IV - BENS EM PODER DE TERCEIROS, CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS, EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO E TERMOS DE CESSÃO DE USO

BENS EM PODER DE TERCEIROS	VALOR DE ENTRADA (R\$)	VALOR LÍQ. CONTÁBIL (R\$)
Sala da AGU	8.928,98	2.754,23
Sala da Defensoria Pública da União	18.807,32	4.471,86
Sala da Engemil	432.101,75	63.176,38
Sala da Gráfica Digital	116.699,10	60.512,91
Sala da RCS Tecnologia	124.332,93	50.246,88
Sala da Staefa	45.590,27	9.081,66
Sala dos Estoquistas	68.460,74	19.223,48
Sala do Uniceub	320,50	66,79
Uniserve Com. e Serviços Terceirizados Ltda – ME	34.477,34	30.690,81
Estúdio Fotográfico	297.230,89	82.540,48
GSI Serviços Especializados Ltda	36.880,32	3.906,98
Plansul Planejamento e Consultoria EIRELI	5.537.829,47	208.963,96
Eletroncontrole Engenharia LTDA	52.809,58	12.612,70
Restaurante	869.096,76	206.865,07
TOTAL	7.643.565,95	755.114,19
CEDIDOS A OUTROS ÓRGÃOS	VALOR TOTAL (R\$)	VALOR TOTAL GERAL (R\$)
Supremo Tribunal Federal	14.500,00	1.149,80
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás	325.670,00	6.209,22
Tribunal de Justiça do SP Fórum Criminal Barra Funda	33.780,00	21.683,65
TOTAL	340.170,00	29.042,57
EM PROCESSO DE LOCALIZAÇÃO	VALOR DE ENTRADA (R\$)	VALOR LÍQUIDO CONTÁBIL (R\$)
Diversos	20.700,57	2.379,81
TERMOS DE CESSÃO DE USO	RECEITAS (DEZEMBRO) (R\$)	
SICOOB Judiciário – Termo de Cessão de Uso 02/2018	17.802,07	
Banco do Brasil - Termo de Cessão de Uso 04/2017	169.112,94	
Banco Bradesco - Termo de Cessão de Uso 03/2017	109.556,97	
Caixa Econômica Federal - Termo de Cessão de Uso 02/2016	177.315,59	
ASSTJ – Termo de Cessão de Uso 04/2015	36.164,71	
Banco Santander - Termo de Cessão de Uso 02/2017	138.781,80	
UNICEUB - Termo de Cessão de Uso 15/2019	6.927,24	
ASAJUS - Termo de Cessão de Uso 01/2018	4.284,30	
Banco Itaú/Unibanco – Termo de Cessão de Uso 02/2020	2.513,38	
Taioba – Termo de Cessão de Uso 01/2019	140.000,00	
Decolando – Termo de Cessão de Uso 05/2020	7.240,50	
Telefônica Brasil S.A. – Termo de Cessão de Uso 01/2019	-	
OI Móvel S.A. – Termo de Cessão de Uso 02/2019	-	
TIM S.A. – Termo de Cessão de Uso 03/2019	-	
Americel S.A. – Termo de Cessão de Uso 04/2019	-	
TOTAL	809.699,50	

ANEXO V - DOS BENS IMÓVEIS

IMOBILIZADO		
ESPECIFICAÇÃO	INSCRIÇÃO (RIP)	31/12/2023 (R\$)
Sede do Superior Tribunal de Justiça - SAF Sul Qd 06 Lote 01	9701052595007	295.711.746,61
Sede da Ass. dos Serv. do STJ - SCES Trecho 1 Lt 1-B Clube	9701052675000	1.175.925,39
Garagem - SGON q.2 Lts 10 e 20	9701002515000	1.407.405,18
Garagem - SGON q.3 Lts 50 e 80	9701158125004	0,00
Terreno - SCEES Trecho 3 Lt 07	9701337945006	77.019.251,39
Armazém/Galpões - SGON q. 4 Lt 5	9701237085005	2.639.055,78
Residencial - 01	9701030675008	1.410.533,28
Residencial - 02	9701030685003	1.410.533,28
Residencial - 03	9701030705004	677.042,42
Residencial - 04	9701032295008	1.063.042,79
Residencial - 05	9701032335000	1.767.761,36
Residencial - 06	9701034625005	2.225.730,44
Residencial - 07	9701035425000	988.930,04
Residencial - 08	9701040635009	765.925,64
Residencial - 09	9701044705001	451.054,61
Residencial - 10	9701047815002	699.572,53
Residencial - 11	9701047865000	881.953,46
Residencial - 12	9701048065007	1.673.576,05
Residencial - 13	9701048915000	600.071,16
Residencial - 14	9701050875002	1.556.668,54
Residencial - 15	9701050905009	1.844.787,19
Residencial - 16	9701224595000	1.975.984,63
Residencial - 17	9701335775006	1.093.302,00
TOTAL		399.039.853,77

ANEXO VI - TERMOS DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA

CÓDIGO	DESCRIÇÃO	REGISTRADOS (R\$)	REPASSADOS** (R\$)	A REPASSAR (R\$)
1AADJQ	STJ-CNJ 07/2020 Reunião Rede Global Int. Judicial	300.000,00	300.000,00	0,00
1AAFSW	STJ-UNB 05/2021 Mestrado em Direito para Servidores do STJ	2.267.094,08	1.699.202,13	567.891,95
1AAHYB	STJ-STF 02/2022 TV Justiça	59.646,65	6.511,30	53.135,35
1AAIEP	STJ-SF 03/2022 Biblioteca Digital STJ p/ Senado Federal	144.630,00	60.970,13	83.659,87
1AAIFY	STJ-FUB 01/2022 Capacitação/Mestrado	800.000,00	501.333,32	298.666,68
1AAQES	CNJ-STJ 001/2023 Melhorias na Informatização do Processo Judicial	60.000.000,00	60.000.000,00	0,00
1AAQGW	STJ-CJF 001/2023 Serviços Gráficos	1.400.000,00	0,00	1.400.000,00
696798	STJ-CJF 11/2018 Serviços Gráficos	1.140.000,00	920.573,11	219.426,89
698340	STJ-UNB 02/2019 Pós-Graduação para Servidores do STJ	1.941.191,73	1.941.191,73	0,00
699768	STJ-SF 01/2020 Ressarc. Desp. Imóveis Funcionais	2.101.310,40	2.040.022,20	61.288,20
TOTAL		70.153.872,86	67.469.803,92	2.684.068,94

*Valores Registrados (71221.02.01)

**Saldo Repassados (81221.02.02 + 81221.02.03)

ANEXO VII - PASSIVOS DE PRECATÓRIOS

03/04/2023 A 31/12/2023

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	SALDO EM 31/12/2023 (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA558/23 – NS 29267/23	81.090.164,52
TOTAL			81.090.164,52

PREVISTOS NA LOA 2024

UG	DENOMINAÇÃO	DOC SIAFI	SALDO EM 31/12/2023 (R\$)
170013	Setorial Orçamentária do Ministério da Economia	PA514/23 - NS 27401/23*	128.693.208,33*
TOTAL			128.693.208,33*

*O Valor de precatórios registrado com a NS 27401/2023 foi de R\$ 234.422.542,95. Contudo, parte deste valor de precatórios transferido da UG de origem para pagamento ainda em 2023, conforme se observa na nota de sistema 2023NS028854.

ANEXO VIII - EXECUÇÃO DA LOA 2023

TOTAL AUTORIZADO		R\$ 2.029.721.389,00		
	PREVISTO (R\$)	EXECUTADO (R\$)	SALDO EXEC %	
PROGRAMA				
0033 – Programa de Gestão e Manutenção do Judiciário	1.896.519.157,00	1.904.573.355,49	100,42	
0909 - Operações Especiais: Outros Encargos Especiais	75.238,00	3.941.426,93	5.238,61	
0999 - Reserva de Contingência	133.126.994,00	0,00	0,00	
FUNÇÃO				
02 – Judiciária	1.480.139.905,00	1.470.232.510,26	99,33	
09 - Previdência Social	416.379.252,00	434.340.845,23	104,31	
28 - Encargos Especiais	75.238,00	3.941.426,93	5.238,61	
99 - Reserva de Contingência	133.126.994,00	0,00	0,00	
SUBFUNÇÃO				
061 - Ação Judiciária	468.333.205,00	416.029.764,57	88,83	
122 - Administração Geral	728.106.332,00	765.554.985,16	105,14	
128 - Formação de Recursos Humanos	15.938.419,00	12.480.718,29	78,31	
272 - Previdência do Regime Estatutário	416.379.252,00	434.340.845,23	104,31	
331 - Proteção e Benefícios ao Trabalhador	132.623.115,00	152.542.546,88	115,02	
846 - Outros Encargos Especiais	135.214.072,00	127.565.922,29	94,34	
999 - Reserva de Contingência	133.126.994,00	0,00	0,00	
GRUPO DE DESPESA				
1 - Pessoal e Encargos Sociais	1.408.184.455,00	1.323.602.193,40	93,99	
3 - Outras Despesas	484.467.915,00	489.360.010,02	101	
4 – Investimentos	137.069.019,00	95.552.579,00	69,71	
9 - Reserva de Contingência	0,00	0,00	0,00	

FONTE POR GRUPO DE DESPESA							
Fonte	1 – PESSOAL (R\$)	3 – O.D.C (R\$)	4 – INVEST. (R\$)	9 – RES. (R\$)	TOTAL (R\$)	EXECUTADO (R\$)	AH
1000	991.805.203,00	462.332.848,00	107.069.019,00	0,00	1.561.207.070,00	1.442.521.532,14	92,40
1001	73.843.705,00	0,00	0,00	0,00	73.843.705,00	71.823.217,93	97,26
1027	0,00	51.639.616,00	0,00	0,00	51.639.616,00	51.634.485,35	99,99
1050	0,00	13.361,00	0,00	0,00	13.361,00	0,00	0,00
1052	0,00	482.090,00	0,00	0,00	482.090,00	0,00	0,00
1056	342.535.547,00	0,00	0,00	0,00	342.535.547,00	342.535.547,00	100,00
TOTAL	1.408.184.455,00	514.467.915,00	107.069.019,00	0,00	2.029.721.389,00	1.908.514.782,42	94,03%



STJ SUPERIOR
TRIBUNAL DE JUSTIÇA